

1. Ao Poder Legislativo Municipal incumbe, dentre outras funções, fiscalizar o Município. Tendo em perspectiva o que disciplina a Constituição Federal, para o Poder Executivo Federal, uma vez instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar eventual desvio por parte da Administração Municipal, poderão os Vereadores:

a. Convocar o Prefeito Municipal, ou quaisquer de seus Secretários de Governo, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

b. Convocar o Prefeito Municipal e seus Secretários de Governo para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

c. Convocar quaisquer Secretários de Governo ou titulares de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito Municipal para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

d. Os Vereadores não têm a prerrogativa de convocação o Prefeito Municipal, ou quaisquer de seus secretários, cabendo-lhes, unicamente, o encaminhamento de convite para comparecimento espontâneo, sem qualquer consequência jurídica para o não comparecimento sem justificção adequada.

e. Nenhuma das alternativas anteriores.

Resposta correta, letra "C", com fundamento nos arts. 31, cc/ art. 50, CF.

2. A Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, denominada popularmente de "lei das leis", dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos. Acerca dessa norma, assinale a alternativa incorreta.

a. A revogação pode ser tácita ou expressa, total ou parcial, e vigorará até que outra a revogue.

b. Deve-se promover, tanto quanto possível, o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', 'declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal', ou 'execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal.

c. Na primeira sessão legislativa de cada legislatura, a Mesa do Congresso Nacional promoverá a atualização da Consolidação das Leis Federais Brasileiras, incorporando às coletâneas que a integram as emendas constitucionais, leis, decretos legislativos e resoluções promulgadas durante a legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

d. A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

e. Nenhuma das alternativas anteriores.

Resposta correta, letra “B”, com fundamento nos arts. 12, III, “c”, da Lei Complementar 95/98.

3. Acerca da “LINDB” (Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942) responda à alternativa correta.

a. A lei de introdução às normas do direito brasileiro, outrora denominada de “lei de introdução ao Código Civil”, disciplina que não dispendo a lei o contrário, a lei começará a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

b. A lei de introdução às normas do direito brasileiro, outrora denominada de “lei de introdução ao Código Civil”, disciplina que não dispendo a lei o contrário, a lei começará a vigorar em todo o território nacional no primeiro dia útil após ser oficialmente publicada.

c. Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

d. Nos Estados, estrangeiros, tal como em todo o território nacional, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia no dia útil seguinte à data de sua publicação.

e. Nenhuma das alternativas anteriores.

Resposta correta, letra “A”, com fundamento nos arts. 1º, do Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942.

4. A Constituição Federal estabelece, dentre os direitos e garantias fundamentais, do Título II, a igualdade entre todos, sejam brasileiros ou estrangeiros, assegurando-lhes a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse sentido, uma lei municipal que impede nomeação de condenados pela Lei Maria da Penha é:

a. Inconstitucional, segundo o julgado do Supremo Tribunal Federal, que deu provimento ao Recurso Extraordinário nº 1.308.883.

b. Constitucional, segundo o julgado do Supremo Tribunal Federal, que deu provimento ao Recurso Extraordinário nº 1.308.883.

c. Incompatível com o princípio da isonomia, estabelecido no art. 5º, *caput*, e inciso I, da Constituição Federal, segundo o qual “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

d. Nenhuma das respostas anteriores.

e. Nenhuma das alternativas anteriores.

Resposta correta, letra “B”, conforme o julgado do Supremo, enumerado no enunciado da questão.

(<https://ibdfam.org.br/noticias/8395/STF>

[%3A+Lei+municipal+que+impede+nomea](#)

[%C3%A7%C3%A3o+de+condenados+pela+Lei+Maria+da+Penha+](#)

[%C3%A9+constitucional](#))

5. O título II, da Constituição Federal, estabeleceu os direitos e garantias fundamentais, dentre os quais, o direito segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Nesse sentido, indique a alternativa correta:

- a. Os atos administrativos devem ser fundamentados, em razão do princípio da legalidade.
- b. Os atos administrativos podem ou não ser fundamentados, desde que atendam aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade.
- c. Os atos administrativos devem ser sempre fundamentados, inclusive os discricionários.
- d. A nomeação e demissão de contratado para cargo de caráter *ad nutum* não dispensa fundamentação.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA “A”, NOS TERMOS DOS ARTS. 5º e 37, CF.

6. O art. 5º, §3º, da Constituição Federal estabelece que “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.” Assinale a alternativa correta, acerca dos quóruns necessários para aprovação das diferentes espécies normativas.

- a. O quórum enunciado no texto normativo transcrito no enunciado desta questão, é o mesmo para aprovação de uma Lei Complementar.
- b. O quórum enunciado no texto normativo transcrito no enunciado desta questão, é o mesmo para aprovação de um Decreto Legislativo.
- c. O quórum enunciado no texto normativo transcrito no enunciado desta questão, é o mesmo para aprovação de uma Emenda Constitucional.
- d. O quórum enunciado no texto normativo transcrito no enunciado desta questão, é o mesmo para aprovação de uma Lei ordinária.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA “C”, NOS TERMOS DO ART. 60, § 2º, CF.

7. Relativamente à iniciativa do Prefeito Municipal, para a propositura de leis que tratem de determinados conteúdos jurídicos, na forma da Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a. Ao Prefeito Municipal, tal como ao Presidente da República, cabe propor, privativamente, projetos de leis que criem cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumente a sua remuneração.
- b. Tal como o Presidente da República, o Prefeito Municipal pode, privativamente, fixar os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais, os quais valerão para a legislatura seguinte.
- c. Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- d. Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "A", NOS TERMOS DO ART. 61, § 1º, "a", CF.

8. De acordo com a Constituição Federal, cada legislatura tem a duração de:

- a. um ano.
- b. dois anos.
- c. três anos.
- d. quatro anos
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "D", NOS TERMOS DO ART. 44, PARÁGRAFO ÚNICO, CF.

9. De acordo com a Constituição Federal, "São estáveis após ____ anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade." Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna deste enunciado.

- a. um ano.
- b. dois anos.
- c. três anos.
- d. quatro anos.
- e. cinco anos.

RESPOSTA CORRETA "C", NOS TERMOS DO ART. 41, CF.

10. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, exceto:

- a. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d. Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "A", NOS TERMOS DO ART. 38, I, CF (não contém a previsão sobre o Município).

11. São princípios da administração pública, com previsão expressa no art. 37, da Constituição Federal:

- a. legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade.
- b. legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- c. legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- d. legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e eficácia.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "B", NOS TERMOS DO ART. 37, CF.

12. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Municípios legislar, exceto sobre:

- a. Trânsito e transporte
- b. Assuntos de interesse local.
- c. Para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- d. Para instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "A", NOS TERMOS DO ART. 30, cc/ 22, XI, CF.

13. De acordo com a Constituição Federal, ao dispor sobre a Câmara Municipal, disciplina que:

- a. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara Municipal na parte do recinto que lhe é reservada, e em nenhuma hipótese poderá ser retirada do recinto.
- b. O policiamento do recinto da Câmara Municipal compete à Guarda Municipal, podendo, no entanto, o Presidente requisitar elementos de corporações, civis ou militares, para manter a ordem interna.
- c. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta é exercida pela Câmara, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.
- d. A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "D", NOS TERMOS DO ART. 29, §1º, CF.

14. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, a Câmara Municipal de Poços de Caldas terá a seguinte composição:

- a. 12 vereadores, até 160.000 habitantes.
- b. 15 vereadores, até 180.000 habitantes.
- c. 18 vereadores, de 180.001 até 220.000 habitantes.
- d. 21 vereadores acima de 220.000 habitantes.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "B", NOS TERMOS DO ART. 56, §1º, DA LOM.

15. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, o Presidente da Câmara Municipal:

- a. O Presidente da Câmara não participa das votações, senão nos casos de empate.
- b. O Presidente da Câmara participa das votações que exijam quorum qualificado e, ainda, nos casos de empate.
- c. O Presidente da Câmara participa das votações secretas, e nos casos de empate.
- d. O Presidente da Câmara participa das votações secretas, das que exijam quorum qualificado e, ainda, no caso de empate.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "D", NOS TERMOS DO ART. 58, DA LOM.

16. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, os secretários municipais poderão comparecer à Câmara Municipal, ou a quaisquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de sua Secretaria. Acerca da função fiscalizadora que o Poder Legislativo exerce sobre os atos do Poder Executivo, está correto afirmar que:

a. O convocado não precisará atender à convocação da Câmara, sendo-lhe facultado comparecer dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento do ofício, podendo solicitar prorrogação, por igual período, mediante justificativa aceita pelo Plenário.

b. O convocado deverá atender à convocação da Câmara dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento do ofício, podendo solicitar prorrogação, por igual período, mediante justificativa aceita pelo Plenário.

c. O convocado deverá atender à convocação da Câmara dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do ofício, podendo solicitar prorrogação, por igual período, mediante justificativa aceita pelo Plenário.

d. O convocado poderá atender à convocação da Câmara dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento do ofício, podendo solicitar prorrogação, por igual período, mediante justificativa homologada pela Presidência do Poder Legislativo.

e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "B", NOS TERMOS DO ART. 61, DA LOM.

17. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, perderá o mandato o Vereador que incorrer numa das condutas abaixo, exceto:

a. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, na metade das reuniões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

b. sendo advogado, patrocinar demanda em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária e permissionária de serviço público municipal, salvo quando contrato obedecer a cláusulas uniformes

c. Fixar domicílio fora do Município.

d. firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária e permissionária de serviço público municipal, salvo quando contrato obedecer a cláusulas uniformes;

e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "C", NOS TERMOS DO ART. 64, DA LOM.

18. São tributos municipais:

a. o ITBI, o ICMS, o ISSQN, o ITCD.

- b. o ITBI, o ISSQN e o IPTU.
- c. o ITBI e o ISSQN.
- d. o ISSQN, o IPI e o IPVA.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "B".

19. Acerca da isenção, indique a alternativa correta:

- a. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- b. A isenção será sempre restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- c. A isenção é extensiva às taxas, às contribuições de melhoria, aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- d. A isenção abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "A", ART. 176, CTN.

20. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu as normas gerais de direito financeiro, "A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á", EXCETO:

- a. Mensagem, que conterà.
- b. Projeto de Lei de Orçamento;
- c. Tabelas explicativas
- d. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital
- e. Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA CORRETA "D", ARTS. 22 E 24, LEI 4.320.